

Condições Subjetivas e Objetivas de Ação Coletiva dos Produtores da Agricultura Familiar e Ecológica: estudo multicase de cooperativas assessoradas pelo Capa Zona Sul

Felipe Zarnott Menezes (UFPEL) - zarnott-pel@hotmail.com

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é compreender como as experiências de trabalho cooperado assessorados pelo CAPA Sul estão comprometidas com a lógica coletivista a partir das condições subjetivas e objetivas de ação coletiva. Para tanto, utilizou-se da discussão sobre participação na linha da autogestão, bem como do poder como capacidade coletiva. O CAPA é uma organização não-governamental, criada em 1978 no estado do Rio Grande do Sul, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural. Foi realizado um estudo multicase qualitativo em três cooperativas assessoradas pelo CAPA Sul. Como conclusão observou-se fragilidades nas condições subjetivas para a manutenção das cooperativas como projetos coletivistas sustentáveis, em função da forte vinculação das cooperativas com a finalidade principal de comercialização; baixo envolvimento dos cooperados com os processos de tomada de decisão em geral, e pouco domínio sobre conhecimentos relevantes para a gestão.

Palavras-chave: Autogestão, Cooperativismo, Agricultura Familiar, Agroecologia.

Área temática: GT-21 Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas

Submissão do resumo expandido – GT 21
Condições Subjetivas e Objetivas de Ação Coletiva dos Produtores da Agricultura Familiar e Ecológica: estudo multicase de cooperativas assessoradas pelo Capa Zona Sul

1 INTRODUÇÃO

A temática da agricultura familiar e da Agroecologia tem emergido com grande destaque no Brasil nas últimas décadas, estimulada, sobretudo, por um conjunto de políticas públicas. A agricultura familiar começa a ganhar espaço em âmbito nacional a partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) com o DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996. Já a temática agroecológica começa a ganhar espaço com a LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e a LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criada a Lei de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 que promulga que “as partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”. (MDA, 2010).

No estado do Rio Grande do Sul foi criado em 1978 o CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia) que é uma organização não-governamental, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural. A organização direciona seus esforços à afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável (CAPA, 2016).

Para o CAPA, as experiências de agricultura familiar se desenvolvem na forma organizativa de cooperação, de forma que a “consciência participativa” é fundamental para este processo (ibidem). Assim o **objetivo deste trabalho é compreender como as experiências de trabalho cooperado assessoradas pelo CAPA estão comprometidas com a lógica coletivista**. Para tanto, utilizou-se da discussão sobre a participação na linha da autogestão, bem como do poder no âmbito coletivista, de forma a entender as ações através das condições subjetivas e objetivas que os coletivos têm de exercer o poder, ou seja, de reconhecer, elaborar e realizar seus interesses.

2 AUTOGESTÃO E EXERCÍCIO DO PODER EM ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS

A autogestão, historicamente, constitui um valor fundamental do sistema cooperativista, que pretende substituir a autocracia pela participação democrática no processo produtivo. Dal Magno e Coutinho (2008) analisam o caráter autogestionário dos empreendimentos solidários como uma tarefa complexa. Tal análise envolve questões diversas, como o processo de organização do trabalho no empreendimento, as formas de participação dos cooperados nas decisões tomadas, os conflitos que emergem nesses contextos e a forma como os cooperados os encaminham.

Porém a autogestão tem suas limitações no sistema capitalista (COUTINHO, 2006), já que compreende uma transformação radical do modelo econômico, não apenas em empreendimentos isolados. Assim, o processo autogestionário não seria viável de forma plena em cooperativas, que precisam estabelecer trocas competitivas no momento em que se relacionam com outras organizações.

Faria (2009) sugere que as organizações chamadas autogestionárias sejam chamadas de Organizações Solidárias de Produção (OSP), já que estas correspondem à autogestão ao nível da unidade produtiva da organização, considerando que só se pode falar de autogestão no âmbito de toda uma organização social. A autogestão social é aqui “entendida como modo de produção, como relações sociais de produção das condições materiais de existência ligada ao socialismo democrático.” (ibidem, p. 338)

Para Faria (2009) o poder deve ser entendido como uma práxis não apenas relacional, mas uma práxis cuja natureza fundamenta-se em uma interação complexa e contraditória entre os sujeitos da ação e refere-se, neste sentido, a uma capacidade ou condição de mobilização, pois não há como dissociar o poder da inclinação a exercê-lo, que provém da própria condição humana.

Poder é a capacidade que tem uma classe social (ou uma sua fração ou segmento), uma categoria social ou um grupo (social ou politicamente organizado) de definir e realizar seus interesses objetivos e subjetivos específicos, mesmo contra a resistência ao exercício desta capacidade e independentemente do nível estrutural em que tal capacidade esteja principalmente fundamentada. (FARIA, 2009, p. 141)

Nesta concepção, os grupos sociais procuram realizar seus interesses objetivos e subjetivos – de natureza econômica, política, ideológica e psicossocial –, razão pela qual investem suas energias no acesso ao comando das principais estruturas da sociedade, a fim de viabilizar e desencadear todos os mecanismos de controle social disponíveis para garantir o sucesso do empreendimento. É a partir da capacidade de mobilização em torno de relações

sociais organizadas que os grupos podem ter acesso a esses espaços de forma a mantê-los ou transformá-los, e não o contrário; as relações de poder são, portanto, instituintes e não instituídas (FARIA, 2009).

Ademais, o indivíduo tem a necessidade de se sentir parte de um grupo, de ser considerado como parte de um todo, pois ele só percebe sua existência a partir do momento que é reconhecido pelo outro (SANTOS, 2009).

Ainda, no presente trabalho, tem-se a problemática da produção de alimentos de maneira capitalista, sustentada pelo uso de agroquímicos versus a produção agroecológica, que se preocupa com o ecossistema, com a saúde dos agricultores e consumidores. Morin et al. (2007) contribui para esta questão quando aponta três dimensões sobre o sentido da produção para os trabalhadores, quais sejam:

Utilidade.(...) O trabalho tem sentido se o produto do trabalho servir a algum propósito. *Inserção na sociedade*.(...) A formação profissional, o trabalho exercido, a empresa onde o trabalho é exercido e a própria remuneração são papéis que permitem ao homem interagir de e com diferentes grupos sociais. *Contribuição para sociedade*.(...) o sentido do trabalho transcende, neste caso, as questões individuais e organizacionais. *Satisfação pessoal*.(...) O sentido de satisfação no trabalho está relacionado à contribuição pessoal do indivíduo para o próprio trabalho. Além disso, o trabalho faz sentido se quem o executa tem a sensação de superar desafios e se seu executor percebe sua contribuição e responsabilidade no trabalho executado (p. 51-54).

O trabalho de Vargas de Faria et al. (2008) apresenta uma relevância significativa, quando aponta, dentro das categorias do exercício do poder de Faria, condições para que as organizações coletivistas realizem seus interesses, sistematizadas na tabela 1. Tais categorias foram utilizadas para a compreensão do campo empírico, cujos procedimentos metodológicos estão descritos na seção a seguir deste artigo.

TABELA 1 – CATEGORIAS DO EXERCÍCIO DO PODER EM ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS

CATEGORIAS DO EXERCÍCIO DO PODER	ELEMENTOS
CATEGORIA I - motivações subjetivas e objetivas dos sujeitos que constituem o grupo social.	1.1 contexto e motivações para a fundação da organização
	1.2 influência ou apoio de instituições (associações, partidos políticos, instituições religiosas, etc.) para a constituição
	1.3 motivações das pessoas ao se vincularem à organização
	1.4 comparação observada pelo grupo sobre os benefícios de se estar vinculado à organização em relação a outras organizações (é uma opção ou falta de opção?)
	1.5 motivações para que as pessoas permaneçam ligadas à organização
	1.6 motivações para que as pessoas considerem se desligar da organização
	1.7 impacto da figura do(s) fundador(es) na organização
	1.8 influência de uma idéia/mito/herói na mobilização do grupo em torno dos objetivos da organização
CATEGORIA II - condição de elaboração teórica e conceitual que permita ao grupo social a leitura da realidade, a identificação e a análise das dificuldades, das	2.1 concepção compartilhada pelo grupo sobre a autogestão (ou outra forma de gestão que aponta nessa direção)
	2.2 diferencias (em termos de autogestão) que a organização possui em relação a outras organizações que são percebidos pelo grupo
	2.3 processo de formação (educacional, política, etc.) promovido na organização

oportunidades, riscos e estratégias de ação política.	2.4 tipo de informações nas quais se baseia a tomada de decisão
	2.5 subsídios para o planejamento da ação da organização (nível de conhecimento do mercado, concorrentes, riscos, oportunidades)
	2.6 influência e autonomia com relação a discursos de senso comum do campo na elaboração conceitual sobre a leitura da realidade
	2.7 participação da organização em espaços de discussão (fóruns, conselhos)
	2.8 sistemática de reflexão sobre a própria prática organizacional
	2.9 vinculação dessa reflexão da prática com elementos teóricos (práxis)
	2.10 percepção da atuação das políticas públicas
CATEGORIA III - capacidade do grupo social de estabelecer relações entre a própria condição de manutenção de sua organização e a realidade em que está inserido, histórica e contextualmente.	2.11 conflitos de valores/concepções internos sobre o projeto comum
	3.1 reconhecimento da autogestão como o diferencial da organização (percepção de fora da organização para dentro)
	3.2 percepção sobre o papel da organização na sociedade e no mercado sendo ela autogerida
	3.3 instrumentos para a construção de uma forma de gestão coletivista apesar das relações que estabelece com o mercado, que são baseadas na competição
	3.4 concessões conscientes do projeto compartilhado com relação a imposições/restrições/conveniências externas
	3.5 capacidade de mobilização de recursos para manutenção da organização
CATEGORIA IV - necessidade de preservação do caráter de identidade do grupo social e a reafirmação do sentimento de pertença de seus membros	3.6 relação com organizações como organismos governamentais e outras organizações (sejam autogestionárias ou não) para suprir limitações
	4.1 coesão do grupo
	4.2 natureza do vínculo das pessoas entre si e das pessoas com a organização
	4.3 espaços existentes na organização para reflexão e exercício das relações inter e intrapessoais
	4.4 processo de desligamento dos componentes da organização
	4.5 ideologia compartilhada pelo grupo social
	4.6 instrumentos que garantam a continuidade do <i>ethos</i> do grupo

FONTE: Adaptado de Vargas de Faria (2008).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Foi realizado um estudo multicase, onde segundo Yin (2001) a estratégia de pesquisa depende de três condições: o tipo de questão de pesquisa, o controle que o pesquisador possui sobre os eventos e o foco em fenômenos históricos ou, ao contrário, contemporâneos.

Três cooperativas assessoradas pelo CAPA foram estudadas, sendo elas: Cooperativa Sul Ecológica, de Pelotas, Cooperativa Cooperturuçu, de Turuçu e a Cooperativa CAFSUL, de Pelotas.

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS ESTUDADAS

NOME	MEMBROS	PRODUTO PRINCIPAL	TRABALHO NO SISTEMA AGROECOLÓGICO	MUNICÍPIOS (PRINCIPAIS)
CAFSUL	320	Pêssego	10%	Pelotas, Canguçu
COOPERTURUÇU	36	Pimenta, Morango	5%	Turuçu
SUL ECOLÓGICA	310	Hortifruiti	100%	Pelotas

Fonte: elaborado pelos autores

A escolha se deu porque essas três cooperativas apresentam características diferentes com relação a alguns critérios, como: vínculo com os princípios cooperativista, preocupação

ambiental, geração de renda a partir do método de produção (sendo ecológico ou convencional) e o tamanho do quadro social; de forma que se pudesse compreender o compromisso com a gestão coletivista e agroecológica.

Para busca de resultados se fez a triangulação dos dados por meio de entrevistas, documentos e observações. As entrevistas utilizaram-se de um roteiro estruturado. As observações foram feitas nas cooperativas em assembleias, reuniões de diretoria, e ainda em fóruns e seminários sobre cooperativismo e agroecologia onde participavam os representantes das mesmas, e em eventos promovidos pelo CAPA para formação ou articulação entre as cooperativas.

Foram utilizados os documentos para comparação da prática com a realidade dos empreendimentos. Para Lüdke (1986, p. 38), "a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema".

Nas entrevistas, foram abordados desde os cooperados menos envolvidos com a gestão das cooperativas quanto os que fazem parte da diretoria e estão na prática "mais próximos" da responsabilidade sobre a gestão. A seguir, apresenta-se uma tabela sintética das entrevistas realizadas na pesquisa.

TABELA 3 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS.

REFERÊNCIA	COOPERATIVA	FUNÇÃO DO COOPERADO	IDADE (ANOS)	TEMPO DE COOP.
E1	CAFSUL	Presidente	55	10 anos
E2	CAFSUL	Segundo vogal	27	7 anos
E3	CAFSUL	Cooperado	61	9 anos
E4	CAFSUL	Cooperadas (mãe e filha)	48, 26	10 anos
E5	CAFSUL	Cooperada (esposa tesoureiro)	51	10 anos
E6	COOPERTURUÇU	Tesoureira	62	9 anos
E7	COOPERTURUÇU	Presidente	56	9 anos
E8	SUL ECOLÓGICA	Cooperada e técnica agropecuária	25	8 anos
E9	SUL ECOLÓGICA	Presidente	62	12 anos

Fonte: elaborado pelos autores

Os dados por serem de natureza qualitativa foram tratados por análise de conteúdo, de acordo com a técnica de categorização temática (BARDIN, 2002). De acordo com BARDIN, a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção. Se a descrição é a primeira etapa necessária e se a interpretação é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário que vem permitir a passagem explícita e controlada de uma à outra.

4 RESULTADOS E CONCLUSÃO

Com relação às categorias de análise, primeiramente, observou-se que motivações subjetivas e objetivas dos sujeitos que constituem o grupo social estão profundamente ligadas

às oportunidades de comercialização dos produtos agrícolas, constituindo-se como principal razão para a criação das cooperativas. Assim, as organizações em questão são compreendidas como estratégia para unir forças entre as unidades de produção familiar.

Aqui entra o trabalho do CAPA, e outras organizações que tentam promover análises conceituais no sentido de os cooperados aprofundarem a compreensão sobre o próprio ambiente onde estão inseridos.

Observou-se na pesquisa de campo que, de uma forma geral, os cooperados investem pouco tempo em reflexões e construção de acordos em torno de procedimentos e normas sociais necessárias à coesão grupal, o que reforça o papel de atores externos – em especial do CAPA – na manutenção do projeto coletivista. A aprendizagem em torno das experiências coletivas é pouco significativa na Coperturuçu e na Cafsul. Na Sul Ecológica, observou-se que as reflexões a respeito da agroecologia acabam gerando reflexões sobre a dimensão social e política da cooperativa, contribuindo de alguma forma para uma prática mais rica no que se refere à participação.

Procurando-se responder o objetivo de pesquisa proposto inicialmente, chegou-se a seis pontos de conclusão sobre as condições subjetivas e objetivas da ação coletiva das cooperativas estudadas, a partir das categorias do exercício do poder.

Como primeiro ponto, viu-se uma forte vinculação da criação das cooperativas com a comercialização, mesmo com os sentidos um pouco diferenciado no caso da Sul Ecológica com a produção de alimentos orgânicos, as cooperativas em geral foram criadas a partir das dificuldades quanto à comercialização de seus produtos.

O segundo ponto é que o envolvimento dos cooperados com a organização é essencial para eles se sentirem donos da cooperativa, principalmente em atividades ligadas à gestão do empreendimento. Observa-se, assim, uma relação positiva entre responsabilidade sobre a gestão e envolvimento com a cooperativa. Na Cafsul e na Sul Ecológica verificou-se uma abertura a opiniões e à participação mais efetiva dos cooperados. Na Cooperturuçu, por meio das observações chegou-se a presenciar disputas por espaço físico nas prateleiras de um ponto de comercialização, ponto esse que, em muitos casos, não pode ser usados por todos os cooperados. Esse é um problema relacionado com a capacidade em construção de uma coesão organizacional, e entende-se haver relação com o menor investimento em formação sobre cooperativismo.

Um terceiro ponto trata da diferenciação da cooperativa Sul Ecológica no que diz respeito tanto à proposta de organização coletivista como ecológica. No âmbito social a cooperativa busca valorizar seus cooperados, e trazer estes para perto da tomada de decisão.

O quarto ponto trata da relação entre o projeto coletivo e a capacidade de elaboração conceitual da prática. Uma condição importante para as cooperativas chegarem a ter uma autonomia na gestão é a capacidade com que os agricultores conseguem lidar com essas questões como análise de mercado, aspectos fiscais e legais, gestão de toda ordem (financeira, logística, de pessoas) e também sobre questões propriamente técnicas. No caso das três cooperativas viu-se que os agricultores não têm formação suficiente para lidar com tais questões e assim terem autonomia de gerir o empreendimento.

Um quinto ponto de conclusão que se gostaria de ressaltar é a significativa capacidade de mobilização dos cooperados na captação de recursos financeiros para a manutenção do empreendimento via políticas públicas de valorização da agricultura familiar.

O último ponto trata da centralidade do CAPA na potencialização dos grupos de agricultura familiar e ecológica na região sul do estado do RS. Os dados demonstraram que as cooperativas só foram criadas graças à articulação do CAPA, com a instrução de encaminhamentos de registros formais, reuniões e assembleias, pois estas etapas não eram de conhecimento do grupo social. Podemos observar ainda a forte influência do centro nas atividades de assistência técnica, saídas de campo, cursos de processamento, produção e gestão. Hoje essas cooperativas têm uma trajetória crescente em termos organizacionais, porém ainda com o apoio do CAPA.

REFERÊNCIAS

- BARDIN**, Laurence. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BRASIL**. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei nº 10.831/2003, de 23 de dezembro de 2003.
- BRASIL**. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.
- BRASIL**. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.
- BRASIL**. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996.
- CAPA**. CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA. Disponível em: <http://www.capa.org.br/> Acessado em: 01 de julho de 2016.
- COUTINHO**, M. C. Participação no trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DAL MAGNO**, M. L. **COUTINHO**, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimento solidários. Maringá: 2008.
- FARIA**, J. H. de. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. 01. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. v. 01. 407p
- LÜDKE**, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MORIN, Estelle. **TONELLI**, Maria J. **PLIOPAS**, Ana L. V. O trabalho e seus sentidos. *Psicologia e Sociedade*; 19, Edição Especial, 1: 37-56; 2007.

SANTOS, T. I. O mito do cooperativismo. Curitiba, 2009.

VARGAS DE FARIA, J. R., **PONTES**, D. R. **LEAL**, A. P. Categorias de exercício do poder em organizações coletivistas de trabalho. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set/2008.

YIN, Robert K. Estudo de Caso, planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001